NOTA PRÉVIA

Manuel Miguéns*

É hoje consensual a ideia de que a qualificação dos recursos humanos será um factor decisivo para a nossa afirmação europeia e mundial.

Os baixos níveis de escolaridade e as elevadas taxas de abandono e insucesso escolares em Portugal tornaram-se ainda mais evidentes com a integração dos novos países na União Europeia. Apesar dos progressos já efectuados, o esforço necessário para que Portugal se aproxime da média dos países da OCDE, no que respeita às taxas de conclusão do ensino secundário e de frequência do ensino superior ou às taxas de abandono e insucesso escolares, é muito significativo e exige envolvimento, colaboração e conjugação de vontades e de múltiplos actores envolvidos na educação.

As formas possíveis de se ultrapassar esta situação excluem a identificação de responsáveis isolados ou a acção exclusiva de um sector ou de uma instituição.

A necessidade de se combater esta debilidade requer a convergência estratégica de todos os actores dos poderes legislativo e executivo ao poder autárquico, das instituições escolares e universitárias às famílias, dos cidadãos mais activos à sociedade em geral. Naturalmente, tal conjugação de esforços exigirá clareza quanto à definição de competências e quanto à disponibilização de meios.

As questões da descentralização, da autonomia das escolas e da regulação continuam no centro do debate educativo. Tem-se verificado, na última década, uma tendência para que, progressivamente, o Estado Central devolva às autarquias, mais concretamente aos municípios, um conjunto de competências e atribuições até aqui nas mãos da administração central.

A assunção pelos municípios das competências que lhe estão atribuídas tem vindo a gerar significativas experiências de cooperação entre o Ministério da Educação e as autarquias. Neste processo, o poder local tem revelado, nos últimos anos, uma capacidade crescente de intervenção,

* Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

desenvolvendo iniciativas locais em torno da resolução de problemas, nomeadamente, a expansão da oferta da Educação Pré-escolar, a prestação de serviços de alimentação às crianças do primeiro ciclo, o transporte escolar, a criação de ATL(s), a construção e manutenção dos equipamentos, a gestão de pessoal não docente e a oferta de actividades de complemento curricular.

O reforço da capacidade de decisão e de responsabilização das comunidades locais, estimulando o estabelecimento de parcerias na resolução dos problemas educativos, abre novas perspectivas na vida das escolas e integra-as nas dinâmicas promotoras do desenvolvimento local.

Em colaboração com a Comissão de Coordenação da Região Norte e com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Conselho Nacional de Educação promoveu o **Seminário “Educação e Municípios”**, reafirmando a importância da reflexão em torno das diferentes perspectivas e experiências de cooperação desenvolvidas entre o Ministério da Educação e os municípios. Neste debate, a apresentação de dois estudos recentes, *Inquérito aos Municípios – Educação Pré-escolar e Básica*, promovido pelo CNE e *As Autarquias e a Educação*, da autoria de Jorge Martins, Gracinda Nave e Fernando Leite, constituiu um relevante contributo para o aprofundamento dos aspectos bem sucedidos e das dificuldades identificadas.

As questões da diversidade dos contextos sociais locais e da especificidade das respostas educativas exigidas foram igualmente abordadas na dupla perspectiva da Educação e dos municípios no que se refere, nomeadamente, aos Conselhos Municipais de Educação e aos Projectos Educativos Locais, às Cartas Educativas, ao Apoio Sócio-Educativo e à qualificação dos equipamentos.

Apesar do tempo decorrido desde a realização do Seminário, em Fevereiro de 2006, a actualidade da temática, a relevância dos estudos e reflexões apresentadas e a pertinência dos debates realizados, justificam por inteiro a publicação deste livro pelo Conselho Nacional de Educação.